



Jornal do

FEDERAL

Conselho Federal de Psicologia - Ano XXII nº 99 - Dezembro 2010



Psicólogos negros formam rede de pesquisadores da questão racial em Psicologia - p. 4

E mais:

Políticas para álcool e outras drogas: retrocesso para a reforma psiquiátrica? p. 6

Ato Médico não entra em pauta no Senado: vitória da Psicologia e da Saúde! p.17

Início de conversa

EDITORIAL

Esta edição do Jornal do Federal, de dezembro de 2010, fecha dois ciclos: o primeiro deles é o do ano de 2010 e o segundo, mais longo, o do 14º Plenário do Conselho Federal de Psicologia, que esteve à frente do Conselho Federal de Psicologia desde 2007.

O ano de 2010 começou com intenso debate sobre direitos humanos que, de certa forma, permeou também outros episódios da vida nacional, inclusive o das eleições presidenciais. Foi um ano de desafios: voltaram à pauta da sociedade, com força, temas como aborto, tratamento para usuários de crack, tráfico de drogas e violência nas cidades, as relações entre religião e política e a questão do controle social versus a liberdade de imprensa.

Fomos percebendo, ao longo do ano, como cada uma das pautas da sociedade dialogam com o fazer da Psicologia. Muitas vezes pudemos contribuir para o amadurecimento dos debates. Exemplos de situações como essa estão nas discussões sobre comunicação que, depois de muitas voltas, chegaram ao final do ano caminhando para o entendimento da necessidade de regulação dos meios de comunicação sem que o termo seja associado à censura, e sim entendido como o direito de os cidadãos opinarem sobre o conteúdo dos veículos de comunicação – que, ao cabo, são concessões públicas. Outro exemplo é o da defesa civil, na qual aos poucos vão ganhando tónus as experiências de atuação em desastres relacionados ao clima e, ao mesmo tempo, surgem novos desafios em situações de emergência ligadas às mazelas de nossa sociedade.

Por vezes, as situações são tão complexas que reúnem aspectos de atuação em emergências à questão prisional, penal e de todo o sistema de justiça, outro tema que acompanhou a ação dos Conselhos de Psicologia ao longo do ano. Um dos grandes desafios que a Psicologia resolveu enfrentar em 2010 foi o da necessidade de criar parâmetros para nossa atuação profissional no sistema prisional. A Resolução 09/2010, que trata do tema, foi questionada por setores da Psicologia e, por motivos distintos, do poder Judiciário e do Ministério Público. O que fica desse debate, para além do desafio de costurar uma posição comum da Psicologia sobre o tema, é a coragem que a profissão vem tendo de colocar em pauta temas espinhosos da vida brasileira, como é o das condições

subumanas do sistema prisional, que afetam tanto apenados como os profissionais que ali atuam. No caso das drogas, a Psicologia vem, muitas vezes, sendo uma voz dissonante da ideia de que o crack só pode ser enfrentado com reclusão, o que retoma questões que pareciam caminhar para ser superadas pelos avanços da luta antimanicomial. Por fim, em outros casos, há muito ainda o que discutir internamente para que a Psicologia se posicione, como no debate sobre criminalização e descriminalização do aborto.

No mês de dezembro, voltou à discussão no Congresso o PL do Ato Médico. Uma ampla mobilização de conselhos profissionais, do Fórum das Entidades Nacionais da Área de Saúde (Fentas) e de representantes da Conselho Nacional de Saúde (CNS) esteve em audiências com senadores e conseguiu evitar que o PL entrasse em votação pelo Plenário, em regime de urgência no final da legislatura. Os Conselhos Regionais e o Federal tiveram atuação central no processo, fazendo contato direto com parlamentares.

Tivemos, enfim, um ano com muitos eventos importantes, dos quais destacamos dois por sua centralidade na Psicologia brasileira: o III Congresso Brasileiro da Psicologia (CBP), que reúne as mais diversas áreas e linhas de pensamento de nossa profissão, e o VII Congresso Nacional da Psicologia (CNP), que nos aponta diretrizes para caminhar nos próximos anos. A partir dele se desenvolveu um largo, rico e disputado processo eleitoral na Psicologia, que nos leva ao segundo ciclo que se encerra em 2010: o da atual gestão do Conselho Federal.

Foram tantas as atividades, as conquistas e os desafios ao longo desses três anos que seria impossível, nesse editorial, listá-los. O que essa gestão que se encerra gostaria de trazer a este espaço, no entanto, é uma mensagem de agradecimento a todas as pessoas que estiveram presentes nas atividades, nas reflexões, nas ações, que investiram seu tempo e seus conhecimentos na construção desse projeto de compromisso social de nossa profissão. É, então, com um grande gesto de agradecimento que terminamos este ano e que deixamos o CFP para a próxima gestão, com votos de muito trabalho, muito compromisso e muita força para que sigamos nessa construção.

EXPEDIENTE

PLENÁRIA ELEITA

DIRETORIA

Humberto Cota Verona
Presidente

Ana Maria Pereira Lopes
Vice-presidente

Clara Goldman Ribemboim
Secretária

André Isnard Leonardi
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Alexandra Ayach Anache
Deise Maria do Nascimento
Elisa Zaneratto Rosa
Iolete Ribeiro da Silva
Maria Christina Barbosa Veras

CONSELHEIROS SUPLENTE

Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Andréa dos Santos Nascimento
Anice Holanda Nunes Maia
Aparecida Rosângela Silveira
Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues

Jureuda Duarte Guerra
Marcos Ratinecas
Maria da Graça Marchina Gonçalves

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Aluizio Lopes de Brito
Roseli Goffman
Maria Luiza Moura Oliveira

COORDENADORA GERAL

Yvone Magalhães Duarte

EDIÇÃO

Maria da Graça Marchina Gonçalves

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Priscila D. Carvalho

REPORTAGEM

Priscila D. Carvalho
Livia Domeneghetti Davanzo
Mariana Costa
Bárbara Vasconcelos

PROJETO GRÁFICO

Liberdade de Expressão

DIAGRAMAÇÃO

Fabrcio Martins / Alessandro Santana

Resolução nº 09/2010

Psicologia e sistema prisional: o debate continua

Em 11 de dezembro, a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) do Sistema Conselhos de Psicologia, decidiu por prorrogar até maio de 2011 a suspensão da Resolução nº 09/2010, que trata sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional. Até lá, serão realizadas audiências públicas, se possível em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos das Assembleias Legislativas do país, com o intuito de aprofundar ainda mais a discussão sobre o tema, que toca em questões éticas da profissão.

A polêmica em torno da Resolução concentra-se em seu artigo 4º, que veda, aos psicólogos, a realização de exame criminológico e a participação em ações ou decisões que envolvam práticas de caráter punitivo e disciplinar. Editada em junho de 2010, a Resolução foi suspensa em setembro, acatando recomendação do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul (MPF/RS), que questiona a validade jurídica de o Conselho de Psicologia impedir a realização de exame criminológico pelos profissionais da área.

Dias antes da Apaf, em 9 de dezembro, foi realizada, pelo MPF/RS, audiência pública sobre a Resolução, em Porto Alegre, capital gaúcha. Em defesa da Resolução, foram apresentados argumentos do CFP para a edição da norma; relatos de psicólogos que atuam na área e que enfrentam os problemas do sistema prisional e falas de atores externos à profissão apoiam a necessidade de regulação da Psicologia sobre o tema – manifestaram-se a respeito uma militante da pastoral carcerária e um advogado que defende a possibilidade jurídica de o CFP determinar sobre a realização do exame criminológico pelos



Seminário em São Paulo reuniu 207 participantes, no mês de novembro

psicólogos, a partir da prerrogativa de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo (saiba mais em www.pol.org.br).

Após as falas na audiência, o procurador federal que é autor da recomendação ao Conselho, Alexandre Gavronski, apontou possíveis consensos para alterações na Resolução do CFP, mas reafirmou que pretende levar a questão à disputa judicial caso o Conselho não retire o veto à realização, pelos psicólogos, de algum tipo de documento que subsidie as decisões judiciais sobre os apenados. “O piso para o consenso é aceitar que é necessário que os psicólogos possam prover subsídios à decisão judicial”, afirmou.

Não há consenso, na Psicologia, sobre o tema, daí a necessidade, para os Conselhos, de prorrogar o debate com a categoria. Pelas discussões da Apaf, a indicação é que o tema seja debatido a partir dos limites éticos da profissão.

Gavronski mostrou-se receptivo a outras questões apresentadas pela Psicologia, como a necessidade de enfrentamento do debate sobre

a reestruturação do Sistema Prisional no Brasil, que está “profundamente doente”. E sugeriu que o Conselho recomende como devem ser feitas avaliações psicológicas no Sistema Prisional, em consonância com as diretrizes para tais avaliações já acordadas pela profissão.

Os Conselhos de Psicologia decidiram, na Apaf, elaborar nota técnica com recomendações sobre a impossibilidade ética de realização, pelo mesmo profissional psicólogo, de exame criminológico e do atendimento ao preso, subsidiando assim ações e documentos futuros sobre o tema. Paralelamente, o Sistema Conselhos se propõe a realizar discussão sobre perícia no sistema prisional.

A Resolução nº 9/2010: princípios para atuação

As discussões sobre a Resolução nº 09/2010 estão concentradas em seu artigo 4º, que trata da realização de exame criminológico pelos psicólogos. Para além do artigo em questão, entretanto, a resolução trata de outros aspectos da atuação do psicólogo no sistema prisional. Aponta a tarefa de atuar em processos de construção de cidadania, contribuindo para o entendimento dos dispositivos sociais que promovem o processo de criminalização e agindo pela construção de estratégias que visem ao fortalecimento dos laços sociais, ao resgate da cidadania e à inserção na sociedade extramuros.

A resolução também aponta, aos psicólogos que atuam como gestores no sistema, considerar as políticas públicas – principalmente no tocante à saúde, à assistência social e aos direitos humanos – nas propostas e nos projetos a ser implementados no contexto prisional.

I Psinep

Psicologia discute estratégia



Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) sobre Relações Raciais e Subjetividades (Anpsinep).

O Psinep reuniu cerca de 200 participantes, de 14 estados brasileiros, além de Angola e Estados Unidos, que debateram, durante três dias, formas de enfrentamento do racismo para que efetivamente diminuam os sofrimentos psíquicos. Discutiram também estratégias de preparo dos psicólogos e das psicólogas para lidar com a questão, reconhecendo as relações inter-raciais como um dos determinantes da saúde mental.

O evento contou com o apoio do Conselho Federal de Psicologia e a perspectiva, segundo Maria Lúcia, é que novos encontros aconteçam a cada dois anos.

Para o diretor do Instituto Silvia Lane de Psicologia e Compromisso Social e ex-presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Marcus Vinícius de Oliveira, os psicólogos brasileiros precisam dar conta da história do racismo no Brasil, pois em nenhum outro lugar ele é vivido como aqui. “Se não compreendermos a singularidade, vamos possivelmente ser encaminhados a becos sem saída. Talvez a questão fundamental desse encontro seja afirmar que nós não sabemos quase nada desse assunto na Psicologia, que ele continua sendo uma grande incógnita”, disse.

Oliveira considera que os psicólogos negros são o patamar fundamental para a construção de uma Psicologia das relações raciais no Brasil. “Os psicólogos negros sabem que nós não podemos

“Uma tal riqueza nunca se viu, toda essa beleza veio de navio, a África negra foi recriada no Brasil”. O trecho da canção Negro Mar, cantada pelo grupo Ilu Obá De Min na abertura do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Inter-raciais e Subjetividade no Brasil (I Psinep), lembra a todos e a todas sobre a importância do resgate das raízes brasileiras e do combate ao racismo, que até os dias de hoje insiste em permear diversas relações em nosso país.

O encontro, que aconteceu entre os dias 13 e 15 de outubro, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, foi um marco para a consolidação de uma rede de psicólogos(as) negros(as) e pesquisadores(as) da questão racial em Psicologia, para troca de informações, articulação política e científica. “A ideia é que seja uma rede que possa aglutinar tanto psicólogos quanto pesquisadores da área, de forma a pensar ações com a categoria e com interessados

em discutir o tema. E que possa ser espaço de veiculação de propostas, trabalhos e teses, configurando-se em um fórum de discussão com vistas a alimentar os próximos encontros”, afirma Maria Lúcia da Silva. Ela, que participou da organização do evento, disse que desde 2008 o Psinep vinha sendo planejado por um grupo de psicólogos e movimentos sociais. “Rompeamos assim com a circulação de ideias simplificantes sobre as desigualdades no Brasil e na Psicologia”, falou Maria Lúcia da Silva sobre a realização do encontro.

Além da rede, outro importante resultado do encontro foi a constituição da Articulação

Resolução CFP nº 18/2002

Em 2002, passou a vigorar a Resolução do CFP que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. A norma, em seu artigo primeiro, resolve que os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com os conhecimentos da área para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo.

s de combate ao racismo

esperar para oferecer recursos de interpretação para nossos companheiros que são avassalados pelo preconceito racial. Precisamos criar dispositivos de acolhimento para esse sofrimento”, afirma. Para ele, a realização do encontro cria um dispositivo e uma oportunidade de formulação desse pensamento. “Espero que, coletivamente, estejamos à altura dessas responsabilidades e do desafio que a história nos coloca e que, a partir da Psicologia, possamos contribuir para uma sociedade mais igualitária”, destacou.

Desigualdades

A conferência de abertura A questão racial e as políticas públicas no Brasil, proferida pelo diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisas e Estudos Aplicados (Ipea), Mário Theodoro, mostrou como é longo o caminho para corrigir as desigualdades estruturais em nosso país.

Segundo Theodoro, dados do Ipea apontam que, para qualquer variável tomada – educação, saúde, saneamento, entre outras –, a população negra está em situação muito pior do que a média nacional. “O crescimento educacional brasileiro se deu mantendo a diferença entre anos de estudo de brancos e negros, que atualmente é de dois anos”, disse.

Além disso, Theodoro ressaltou que a taxa de analfabetismo entre negros é mais que o dobro do que a entre brancos. “Isso espelha uma realidade nacional, onde um grupo está tendo problemas de ascensão social em relação a outro grupo”, apontou.



Apresentação cultural na abertura do encontro

Para ele, o crescimento econômico brasileiro não é acompanhado pela inclusão. “Por que o crescimento do Brasil não tem a máscara da inclusão?”, indagou. “Arrisco-me a dizer que o crescimento brasileiro naturalizou a desigualdade. Essa desigualdade naturalizada tem a ver com uma visão racista, com uma sociedade que não se vê como sociedade de iguais”, sugeriu.

Ele explicou que as ações afirmativas se colocam como políticas de nova geração e são fundamentais para que o país possa acabar com as desigualdades. “As únicas que se têm consolidado no Brasil são as cotas, e elas têm sofrido muita resistência por parte da sociedade”, afirmou.

O desafio enxergado por Theodoro para o futuro é remontar a questão racial brasileira. “O que eu chamo de questão? Aquela pergunta ou problema para o qual todo o segmento da sociedade é compelido a se posicionar”, disse.

Propostas aprovadas no I Psinep para o Sistema Conselhos de Psicologia (Conselho Federal e Conselhos Regionais):

- Mapeamento das experiências do Sistema Conselho no campo das relações raciais.
- Construção de estratégias para criação de grupos de trabalho sobre relações raciais nos regionais.
- Diálogo com os profissionais da Psicologia, atuantes na área da educação, para maior comprometimento com a aplicação da Lei nº 10.639 (e a posterior, 11.645).
- Promoção de grupo de estudos, seminários itinerantes, bem como a transversalização da temática para o interior de todas as comissões existentes.
- Inclusão do tema do racismo no Observatório sobre a Violência.
- Sensibilização da categoria para compreensão do sofrimento psíquico produzido pelo racismo e a necessidade de construção de estratégias para trabalhar com o coletivo.
- Divulgação da Resolução CFP nº 18/2002, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.
- Levar ao Conpsi a reflexão sobre questão da educação ambiental do ponto de vista racial negro e indígena.

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

O Psinep ocorreu dias antes do Estatuto da Igualdade Racial passar a vigorar. Após tramitar por quase uma década pelas duas casas legislativas e ser sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o estatuto vai alcançar cerca de 90 milhões de pessoas, uma parcela da população que representa, atualmente, 50,6% da sociedade.

Diversidade

Novas configurações

Conviver com oito avós, irmãos, meio-irmãos, a mulher do pai, filhos do marido da mãe são desafios comuns a crianças, jovens e adultos de nosso tempo. As configurações familiares estão mudando ou, pelo menos, multiplicando-se em famílias separadas, recasadas, monoparentais, socioafetivas e homoafetivas. Os formatos trazem desafios para áreas como a Psicologia, a Assistência Social, a Saúde, o Direito e a Educação. Neste contexto, como o tema pode ser tratado em consultórios psicológicos? Qual o conceito de família presente nas diversas políticas públicas, como o Sistema Único de Assistência Social ou o Programa de Saúde da Família?

Elizabeth Zambrano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, afirma que a parentalidade homossexual, travesti e transexual coloca para a psicanálise a necessidade de inserir todas as possibilidades dentro do seu corpo teórico, relativizando a ideia de serem dependentes da diferença dos sexos a subjetivação e a construção do simbólico. O Direito também é desafiado a acompanhar as novas configurações familiares, possibilitando novas formas legais de conjugalidade e de filiação, de forma a não deixá-las à margem da proteção do Estado. Para a antropo-

logia, o tema recai sobre um dos campos de estudo mais tradicionais da disciplina, o da família e do parentesco.

Zambrano avalia que o Direito avançou bastante no tema, pois há jurisprudência, com decisões que permitem adoção por casais homossexuais. Entretanto, a Psicologia ainda debate se, nesses casos, as crianças serão prejudicadas ou não. "Não tem diferença, não há problema maior de desenvolvimento, doença mental, de socialização, as taxas são semelhantes", considera, em entrevista ao *Jornal do Federal*. Para ela, as pesquisas devem refletir sobre as especificidades dessas famílias. "Com certeza há especificidades, da mesma maneira que famílias recompostas, novas relações entre meios-irmãos. Precisamos nos perguntar como vão lidar com o preconceito, como fica a relação com o mesmo sexo, se sentem falta do outro sexo". Ela aponta que o debate é recente no Brasil, mas que em outros países há pesquisas desde o início dos anos 1970.

A importância de o psicoterapeuta repensar seus modelos teóricos, suas técnicas e seu posicionamento ético face às novas configurações familiares também é enfatizada pela psicóloga Terezinha Féres-Carneiro, igualmente para casais recasados, homossexuais ou famílias monopa-

rentais. "É importante ressaltar que esses núcleos familiares são tão capazes de promover saúde quanto as famílias de primeiro casamento. A competência das famílias não depende do fato de serem casadas, separadas ou recasadas, mas da qualidade das relações estabelecidas entre seus membros", afirma a psicóloga carioca, para quem a família recasada tem características próprias e não deve ser tomada como família nuclear recriada. "Os limites dos subsistemas familiares são mais permeáveis, a autoridade paterna e materna é dividida com outros membros da família, assim como os encargos financeiros. Há uma complexidade maior na constituição familiar", avalia a psicóloga no artigo *Recasamento: a reconstrução da conjugalidade*.

Diante das novas configurações familiares, ela aponta a possibilidade de compreender a família como um processo de passagem entre gerações. A família afasta-se do critério biológico e enfatiza a dimensão socioafetiva, independentemente de sua configuração. "A diversificação da estrutura familiar pode ser assimilada à medida que o processo de transmissão de valores e de crenças familiares se mantém por meio das solidariedades intergeracionais".



familiares

e os desafios para a Psicologia

Nas políticas públicas, convivem diversas definições do que é família

Acompanhando as práticas da sociedade, as políticas públicas também vêm alterando os conceitos de família com os quais trabalham. A Constituição de 1988 abandona ideias de legislações anteriores sobre o poder do marido ou do pai, afirmando igualdade de direitos e deveres entre o casal. Ela reconhece a união estável e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, além da igualdade dos filhos de origem biológica ou socioafetiva.

O Estatuto da Criança e do Adolescente entende por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, considerando também a família extensa, formada por parentes próximos com os quais a criança ou o adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

A lei que institui o programa Bolsa família (Lei nº 10.836/04) considera, em seu artigo primeiro, família como “a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros”.

As uniões homoafetivas não são reconhecidas pela legislação vigente, mas o entendimento de que se equiparam à união estável por analogia vem ganhando espaço nos tribunais. Os direitos das crianças filhas de casais homossexuais ainda são objeto de disputa judicial, inclusive no que tange ao nome dos pais, à herança e aos cuidados em caso de separação ou de falecimento de um dos pais.

O Projeto de Lei do Estatuto da Família (nº 2285/2007) tramita na Câmara dos Deputados e propõe atualizar a legislação às novas configurações das famílias no Brasil, além de reunir toda a legislação pertinente ao Direito de Família, atualmente dispersa. A proposta de lei apresenta regras das uniões estáveis, das uniões homoafetivas e da família monoparental, assim como das relações de parentesco.

Saiba mais:

Zambrano, E. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. Revista Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 123-147, jul./dez. 2006.

Féres-Carneiro, T.; Magalhães, A. S. Novas configurações familiares e as repercussões em psicoterapia de família. Revista Brasileira de Psicoterapia, 10(2), 7-16, 2008.

Féres-Carneiro, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. Psicol. Reflex. Crit. [online]. v. 11, n. 2. 1998.

Vitória nas normas para avaliação psicológica em concursos públicos

O Conselho Federal de Psicologia – ao lado da Polícia Federal e de psicólogos da UnB – questionou as determinações sobre exames psicotécnicos do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, que dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos. O principal problema apontado localizava-se no artigo 14, que, em vez de regular os testes psicológicos, abordava apenas o exame psicotécnico, destinados à “detecção de problemas psicológicos” que pudessem comprometer o exercício das atividades inerentes ao cargo em disputa.

Após tratativas com a Casa Civil da Presidência da República e reuniões das quais participaram os membros da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica do CFP, tal artigo foi reformulado pelo Decreto nº 7.308, de 22 de setembro de 2010, que trata da realização de avaliação psicológica em concurso público, ampliando a abordagem sobre o tema.

O decreto considera avaliação psicológica como o emprego de procedimentos científicos destinados a aferir a compatibilidade das características psicológicas dos candidatos com as atribuições do cargo (parágrafo 2º). Fica também determinado que a avaliação deve ser feita em relação aos requisitos psicológicos do cargo, “estabelecidos previamente, por meio de estudo científico da atribuições e responsabilidades dos cargos, descrição detalhada das atividades e tarefas, identificação dos conhecimentos, habilidades e características pessoais necessários para sua execução e identificação de características restritivas ou impeditivas para o cargo” (parágrafo 3º).

Para a conselheira do CFP Acácia Angeli, uma das responsáveis pelo tema da avaliação psicológica no Conselho, a mudança do texto é uma vitória. “A sociedade fica mais protegida em relação a eventual mau uso dos testes psicológicos e os pesquisadores se sentirão incentivados a continuar o movimento de qualificação da área, procurando criar instrumentos de avaliação psicológica que permitam a interpretação mais adequada dos fenômenos psicológicos aferidos”, afirma Acácia.

Políticas para Álcool

retrocesso para a Reforma Psiquiátrica?



O movimento antimanicomial, nascido no Brasil em 1987, trouxe transformações na concepção do atendimento às pessoas com transtorno mental e criou a base para a Reforma Psiquiátrica, que busca combater o modelo de tratamento hospitalocêntrico, baseado na internação. Nos últimos anos, a luta tem obtido ganhos, como o fechamento de leitos em hospitais psiquiátricos e mudanças na forma de atendimento aos usuários da rede de saúde mental.

Entretanto, retrocessos ainda precisam ser combatidos. Um exemplo é o anúncio, pelo governo Federal, em setembro deste ano, da abertura de 6.120 leitos previstos no Plano de Enfrentamento ao crack e outras Drogas. Desse, 2.500 serão abertos em Hospitais Gerais, 2.500 em Comunidades Terapêuticas, 600 em Centros de Atenção Psicossocial álcool e drogas (CAPS-AD) 24 horas e 520 em Casas de Acolhimento Transitório.

Para a conselheira do Conselho Federal de Psicologia, Elisa Zaneratto, o problema do plano é o retrocesso, pelo tema álcool e drogas, das conquistas da Reforma Psiquiátrica. “Levamos anos para fechar leitos e agora se abrem tantos para compensar”, destaca. Para ela, contudo, é positivo que entre os seis mil existam os destinados aos Caps-AD e a hospitais gerais para tratamento dos usuários.

Além disso, Elisa lembra que, em junho de 2010, foi realizada a IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial que, entre suas deliberações, votou contra o repasse de verba do Sistema Único de Saúde (SUS) para iniciativas privadas. “A criação de 2.500 leitos em Comunidades Terapêuticas é contrária a tudo que foi discutido na IV CNSM”, aponta.

le outras drogas:

Para o coordenador da área de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Delgado, as propostas contempladas com recursos do plano “não se tratam de terceirização da saúde mental, já que não fazem parte do sistema público de saúde, mas pertencem à rede de Proteção Social. O colegiado de coordenadores de Saúde Mental apontou que essas entidades não devem fazer parte da Rede SUS”, afirma, em resposta a entrevista via e-mail. Ainda de acordo com Delgado, as secretarias municipais de saúde são responsáveis pela indicação de leitos em comunidades terapêuticas, que devem ser habilitados para financiamento pelo SUS, segundo as condições do edital do plano.

A fiscalização, o monitoramento, a avaliação e a auditoria dos leitos em Comunidades Terapêuticas serão feitas, segundo Delgado, pela gestão local de saúde, apoiada pelo ministério e pela Secretaria Nacional sobre Drogas (Senad). A fiscalização será realizada com base em norma da Anvisa que define condições mínimas de funcionamento dessas entidades.

É a primeira vez que municípios receberão recursos para habilitação de leitos em Comunidades Terapêuticas – iniciativas do terceiro setor ou de igrejas – que visam à recuperação e à reinserção social dos usuários de drogas. O texto do edital do plano aponta que o paciente “não pode ser obrigado a participar de atividades de cunho religioso durante o período de acolhimento”.

Elisa Zaneratto destaca a gravidade de se reconhecer um dispositivo de tratamento que, como o próprio ministério coloca, não faz par-

te do SUS. E reforça as deliberações da IV CNSM, que, além de votar contra o repasse de verbas do SUS para Comunidades Terapêuticas, aprovou que todo o tratamento de usuários de álcool e de outras drogas esteja de acordo com os princípios da Reforma Psiquiátrica. “A conferência votou que todo o tratamento de álcool e drogas fosse realizado prioritariamente na rede substitutiva de saúde mental, fortalecendo os Caps-AD. Além disso, a CNSM não reconheceu as Comunidades Terapêuticas para tratamento dos usuários de álcool e drogas, pois não funcionam de acordo com as diretrizes da reforma psiquiátrica”, ressaltou.

A preocupação com o repasse de verbas do SUS para essas entidades também é colocada pela Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila). “O financiamento dos leitos em comunidades terapêuticas pode colocar em risco a implementação de uma rede de atenção para usuários de álcool e de outras drogas pautada pelos princípios do SUS, da redução de danos e da reforma psiquiátrica. Mais do que a oferta de leitos, oferta-se a possibilidade, no campo de álcool e outras drogas, de afirmação de concepções e propostas de assistência que mais contribuem para a segregação dos usuários”, afirma a secretária da Renila, Ivarlete França.

Para ela, o Ministério da Saúde não pode privilegiar a ampliação de leitos de internação. “Essa política pretende segregar, ‘tratar’ e devolver o usuário ‘curado’ para a sociedade”, disse. O momento, segundo Ivarlete, é uma oportunidade para ampliar o número de Caps II AD, para im-

plantar Caps-AD III e outros dispositivos de cuidados, bem como envolver os três entes da Federação na construção de políticas públicas que possam alargar os horizontes desses usuários. “O fenômeno do crack coloca em xeque, permanentemente, a efetividade das políticas públicas de atenção integral à saúde mental e nos coloca o desafio de acolher o sofrimento dos usuários em dispositivos de cuidados que não os excluam do meio social”, indica.

O Ministério da Saúde estima que existam 600 mil dependentes de Crack no Brasil. Para o órgão, o fenômeno de uso de crack implica numa grande heterogeneidade, de acordo com o perfil do usuário e contexto de uso, além de apresentar desdobramentos clínicos e psiquiátricos. Por isso existe a necessidade de uma rede diversificada de atendimento, com diferentes dispositivos articulados entre si, complementares e de funcionamento coordenado. Assim, um mesmo usuário de crack pode, em determinado período, necessitar ser atendido diariamente em um CAPS e, em outro instante, necessitar de internação em hospital geral por apresentar alguma complicação decorrente do uso de drogas.

Avanço

Como avanço do plano, a conselheira Elisa Zaneratto aponta a implantação de CAPS-AD-III (24 horas), que inova ao trazer para o CAPS-AD o lugar do acolhimento à crise em tempo integral, ou seja, não apenas durante o dia, mas também o acolhimento noturno.

Cinquentenário da profissão no Brasil: o início das comemorações

A Psicologia brasileira, como profissão, está prestes a celebrar 50 anos! A Lei nº 4.119/62, que regulamentou a profissão no Brasil, é de 1962. Para os Conselhos de Psicologia, a data abre importante espaço para reflexões sobre as realizações da profissão e sobre

os desafios para seu futuro. Por isso, o CFP quer iniciar as comemorações em 2011 para chegar a 2012 com a categoria mobilizada para a data.

“Precisamos comemorar os 50 anos de profissão com um processo que envolva festejos e muita reflexão sobre nosso desenvolvimento e sobre os desafios que podem ser percebidos para o próximo período da vida da profissão no Brasil”, afirma Humberto Verona, presidente do CFP. O convite, segundo Verona, é “para que tomemos juntos o futuro da Psicologia em nossas mãos”.

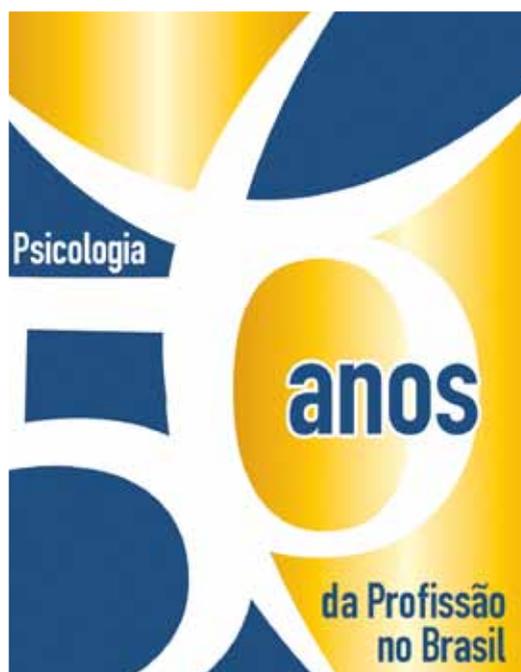
Ao falar sobre o cinquentenário na abertura do III CBP, Verona pontuou temas que, acredita, deverão estar presentes nas reflexões: “Vamos precisar nos perguntar se há correlação entre os anos da ditadura militar e o florescer de nossa profissão exatamente naquela época. Vamos precisar nos perguntar como foi que essa mesma instituição, duas décadas depois, chegou a tematizar de forma tão persistente e competente o papel da Psicologia na produção de respeito aos direitos humanos. Vamos precisar nos perguntar como foi que o tema do compromisso social da Psicologia ganhou, de forma tão rápida, espaço no nosso meio, desde a convocação

da Mostra de Práticas Profissionais Psicologia e Compromisso Social, no ano de 2000”, disse.

A ideia das comemorações do Cinquentenário foi lançada em setembro de 2010, durante o III Congresso Brasileiro da Psicologia – que reúne as mais distintas áreas da profissão. No evento, foi divulgada a logomarca das comemorações e foi realizado o pré-lançamento do Dicionário das Instituições da Psicologia no Brasil.

Com 265 verbetes que resgatam a história de instituições da Psicologia, criadas entre o século XIX e 1980, o Dicionário das Instituições da Psicologia no Brasil é uma obra de fôlego, que reuniu 260 pesquisadores em todo o país. A publicação é parte do projeto Memória da Psicologia Brasileira, iniciativa do Conselho Federal de Psicologia, e foi realizada em colaboração entre o CFP e o GT de História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp). A professora Ana Maria Jacó-Vilela organiza o dicionário, que contou também com apoio financeiro da Capes.

A obra tem previsão de lançamento para 2011, mas 30 volumes estavam disponíveis para consulta durante o III CBP.



O Projeto Memória da Psicologia Brasileira

Com o objetivo de contribuir com o estabelecimento de referência clara para a compreensão do processo de surgimento e desenvolvimento da profissão, as diferentes gestões dos Conselhos de Psicologia vêm investindo no resgate da memória da Psicologia brasileira.

O trabalho, desenvolvido ao longo da última década, ganhou forma em torno do Projeto Memória da Psicologia Brasileira, que em 13 anos publicou 11

vídeos biográficos, 11 títulos da Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira, 5 títulos da Coleção Clássicos da Psicologia Brasileira e 4 títulos da Coleção História da Psicologia no Brasil. Além dessas publicações, foi oferecido aos profissionais do país o Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil – Pioneiros, em 2001.

A partir de 2010, o projeto Memória ganhará novos rumos e será concentrado na organização das comemorações do Cinquentenário da Psicologia Brasileira.

Psicologia colabora na construção de políticas públicas

Conselhos de gestão de políticas públicas reúnem poder público e sociedade civil para formulação, elaboração, implementação e acompanhamento de ações dos governos. Eles ganharam espaço no Brasil após a redemocratização do país, tendo se fortalecido como modelo para o controle social de políticas públicas a partir da experiência do Sistema Único de Saúde, que tem como um de seus princípios a gestão compartilhada e presença paritária de usuários, profissionais e administradores das políticas. No SUS, assim como em políticas mais recentes, como a de Assistência Social, os conselhos e as Conferências de Saúde são considerados espaços vitais para o exercício do controle social.

A Psicologia conquistou importantes postos em conselhos nacionais de direitos para que possa, por meio desses espaços, contribuir na construção de políticas públicas e dialogar com outros segmentos, a partir do compromisso social da profissão.

O crescimento da autarquia nos espaços de gestão de políticas públicas mostra o reconhecimento às contribuições que a Psicologia pode

trazer ao Estado e à sociedade. A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Nilcéia Freire, destacou a importância da presença da Psicologia no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em entrevista durante a posse dos novos membros do CNDM, em agosto de 2010. “O CNDM amplia sua base de escuta da sociedade à medida que são incorporadas representações profissionais. Temos agora nova oportunidade de ampliar essa escuta e por isso felicitamos muito a parceria com o CFP”.

Para a conselheira do CFP, Cynthia Ciarallo, a participação direta nos Conselhos Nacionais permite à Psicologia maior diálogo com a sociedade civil e governo para avançar nas áreas de atuação do psicólogo que demandam políticas sociais. Por isso, segundo ela, a conquista recente de uma cadeira no Conselho Nacional de Segurança Pública – fruto de militância da Psicologia no que tange à relação entre direitos humanos e segurança pública – é reconhecimento dessa atuação pelos outros atores. A vaga não apenas abre caminhos para a contribuição da Psicologia à Segurança Pública, mas também provocará

maior mobilização dos psicólogos que atuam na área para a construção e a efetivação das políticas que ali serão discutidas e encaminhadas.

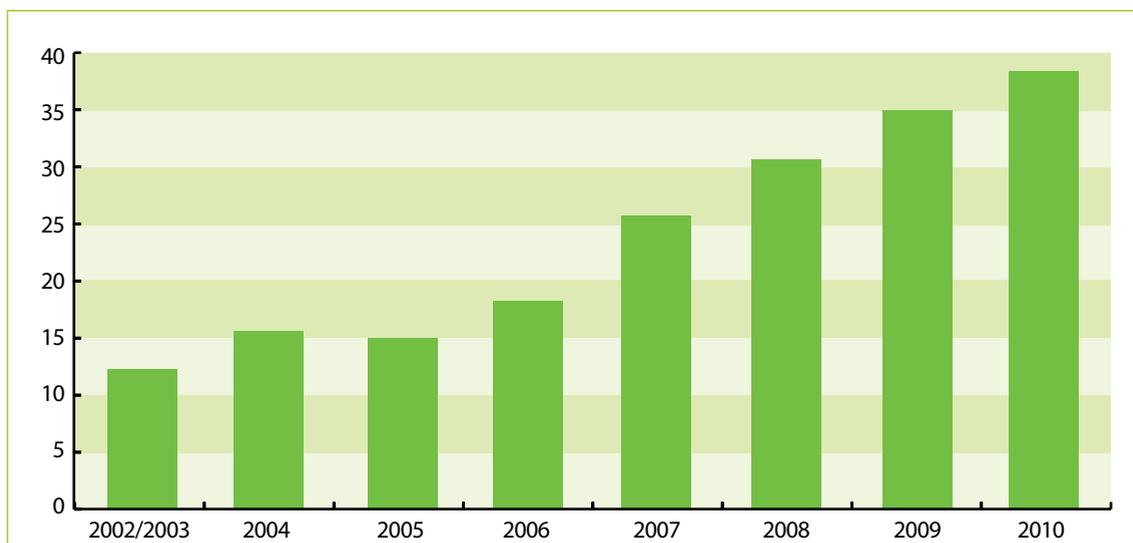
Atualmente, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem representação no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), entre outros.

O que é controle social?

Controle social é, até hoje, uma palavra polêmica, porque controle pode ser associado a repressão, supressão de conflitos. No entanto, não foi nesse sentido que a expressão se consolidou entre os movimentos sociais que lutam pela possibilidade de incidir sobre a gestão de políticas públicas. Foi, de fato, como uma forma de contribuir para o bom andamento do Estado, “orientando a Administração para que adote medidas que realmente atendam ao interesse público e, ao mesmo tempo, podem exercer controle sobre a ação do Estado, exigindo que o gestor público preste contas de sua atuação”, conforme explica a página Portal da Transparência, do Governo Federal (<http://www.portaltransparencia.gov.br>).

Espaços de controle público são, portanto, canais de diálogo entre gestores e a população – diretamente ou representada por organizações da sociedade. Eles permitem que a democracia não fique restrita ao voto a cada quatro anos, mas seja consolidada também pelo acompanhamento, de perto, dos mandatos dos eleitos e das decisões administrativas que eles tomam.

Quadro comparativo do número de fóruns e representações dos quais participa o CPF:





DIREITOS HUMANOS NO MÉXICO: ENTRE A VIOLÊNCIA DOS NARCOS E A VIOLÊNCIA DE ESTADO

O psicólogo mexicano Joel Vásquez mostra preocupação com as violações aos direitos humanos no México. Seu relato aponta crescimento da violência de Estado, que vem promovendo a militarização de todo o país, sob o discurso de combate ao narcotráfico. Na avaliação do psicólogo, o Estado pode ser definido como criminoso, pela ação violenta que vem promovendo. A população do país vive espremida entre a violência do tráfico, a falta de políticas públicas e a violência do combate ao tráfico, sem que isso resulte na diminuição da rota das drogas, da pobreza ou da falta de perspectivas de trabalho e de vida que assola os jovens do país.

“Alguns psicólogos que trabalhamos em direitos humanos estamos preocupados com o aumento em 300% das denúncias de violações de direito pelo exército”, relata Vásquez. As denúncias são recebidas pela Comissão de Direitos Humanos, um organismo público autônomo, previsto pela Constituição mexicana, e tem como objetivo proteger, observar e promover estudos e divulgação dos direitos humanos previstos no ordenamento jurídico do país.

Em 2009, entidades de direitos humanos denunciaram mais de mil casos de violações provenientes de efetivos militares e corporações policiais, ocorridos desde 2006. Em mais de 60, as vítimas eram relacionadas a movimentos sociais. Entre as denúncias que chegaram à Comissão de Direitos Humanos, há casos de homicídios contra crianças, mulheres e estudantes, desaparecimentos, detenções ilegais, estupro. “O exército realiza tarefas inconstitucionais”, avalia Vásquez – que é professor e pesquisador da Universidade Autônoma Metropolitana Iztapalapa, na capital do país, e conselheiro da União Latino-Americana de Entidades da Psicologia (Ulapsi) no México. “A estratégia de combate ao narcotráfico é a justificativa para o exército nas ruas. Há 20 anos se vem gerando uma série de mobilizações sociais que fazem demandas importantes, e que se busca criminalizar. Há uma guerra psicológica”, aponta.

Ele relaciona os abusos cometidos pelo exército às políticas de combate ao narcotráfico adotadas pelo atual presidente, Felipe Calderón, que desde 2006 vem colocando as Forças Armadas

nas ruas, exercendo funções de segurança pública e policiamento e incorrendo em repetidas violações aos direitos humanos. A estratégia de Calderón é fruto de cooperação bilateral com os Estados Unidos, a Iniciativa Mérida, que aposta no fortalecimento dos exércitos, no apoio estadunidense para treinamentos e na compra de equipamentos para o combate às drogas – que passam pelo México rumo aos EUA.

Nos debates dos Diálogos Latino-Americanos, evento promovido pela Ulapsi durante o III Congresso Brasileiro da Psicologia, o tema foi abordado repetidas vezes. A aliança militar e econômica entre México e EUA foi avaliada como um dos exemplos mais fortes da forma atual de neocolonialismo, na avaliação do sociólogo Emir Sader. “O México é vítima privilegiada”, afirmou, destacando que o estilo de vida estadunidense massacra o mexicano, a exemplo do aumento do preço do milho após a assinatura do tratado de livre comércio entre os dois países. Milho é a base da alimentação do país latino e a elevação do seu custo prejudica diretamente aos mexicanos pobres.

Campanha pelo fim dos desaparecimentos forçados

Exemplos pungentes das violações de direitos humanos no México são os desaparecimentos forçados, registrados há mais de 20 anos. A prática, que esteve ligada aos regimes autoritários, atualmente faz parte da guerra empreendida pelo crime organizado e pelo narcotráfico e atinge todos os cidadãos.

A Rede de Defesa dos Direitos Humanos em Puebla (RDDHP) denuncia em mais de 30 os ativistas políticos e sociais desaparecidos forçosamente no país durante seis anos de governo de Felipe Calderón. O alto número, segundo a Rede, se deve à crescente criminalização do protesto social.

Organizações de direitos humanos, movimen-

tos sociais e de familiares de vítimas lançaram, em 2010, a Campanha Nacional contra a Desaparição Forçada, para encontrar, com vida, os desaparecidos, e conseguir que os responsáveis pelos delitos sejam punidos, exigindo que o Estado esclareça todos os casos. (fonte: www.adital.com.br)

Debate on line celebrou o Dia da Psicologia Latino-Americana



Em 8 de outubro é comemorado o Dia da Psicologia Latino-Americana. Para marcar a data em 2010, foi realizado um debate, transmitido via internet, com a participação do Brasil, do México, do Chile, da Argentina e do Paraguai, conectados em teleconferência. O tema de discussão foi “Uma Psicologia para a América Latina: entre nessa conversa!”. Mais de 6 mil pontos foram conectados, em diversos locais da América Latina.

Coordenando o debate, a brasileira Ana Bock, Secretária Executiva da Ulapsi, destacou os desafios da Psicologia da América Latina. “Temos um desafio que está no campo teórico, conceitual. É preciso estabelecer diálogo com teorias produzidas em outros lugares do mundo, que têm outras realidades. Assim poderemos traduzir conhecimentos para que eles possam nos servir melhor. É preciso rever técnicas e formas de trabalho mais adequadas aos nossos povos, à nossa cultura, às nossas possibilidades e impossibilidades”, afirmou. Ela apontou também o desafio da postura ética, da forma como psicólogos se inserem na realidade do continente.

Representando o Conselho Federal de Psicologia no debate, a conselheira Graça Marchina

Gonçalves defendeu que a Psicologia seja protagonista na construção de políticas públicas, para garantir a contribuição dos psicólogos no atendimento das necessidades sociais e o fortalecimento da democracia nos países “Estar nas políticas públicas pode representar a inserção de psicólogos em projetos sociais relevantes. Na mesma linha, quando defendemos políticas sociais, estamos reconhecendo direitos sociais. É uma via para fortalecermos a democracia nos nossos países. [Outras linhas são] organizar a população para lutar por direitos, fortalecer movimentos sociais, lutar para que entidades responsáveis pelo atendimento de direitos sejam democráticas”, afirmou.

Os desafios para a educação de qualidade no continente também estiveram em pauta: “A Ulapsi sempre teve a intenção de ter um grupo de trabalho em que a educação é um dos elementos importantes. A América Latina precisa de pessoas com potencial de crescimento, de criatividade e de busca dessa ousadia tanto individual quanto da comunidade. A educação é um dos pilares fundamentais da sociedade”, comenta Mario Molina, representante da Argentina no Conselho Executivo da Ulapsi, que participou do evento por telefone.

O público que assistiu ao debate enviou diversas questões sobre a união de psicólogos da América Latina. Alguns dos questionamentos eram sobre como superar barreiras históricas e criar integração entre os países, no campo da Psicologia e para além dele.

O mexicano Joel Vázquez, também conselheiro da Ulapsi, respondeu que é preciso criar mais espaços para interação entre as pessoas do continente, com o intuito de vencer limitações. “É importante criar mais espaços como esse para fortalecer e para seguir avançando no projeto de criação de uma Psicologia latino-americana”, disse. O também mexicano Raul Rocha ressaltou a importância de publicar artigos produzidos por psicólogos latino-americanos, em vez de copiar o que é produzido nos Estados Unidos e na Europa.

Os membros do Conselho Executivo da Ulapsi, utilizando os recursos de diversas mídias para a conexão (internet, celular), apresentaram, durante o debate, dados sobre a profissão em seus países. São cerca de 230 mil profissionais no Brasil. Há 60 mil profissionais registrados na Argentina e cerca de 20 mil no Chile. No Paraguai, são aproximadamente 3 mil psicólogos com autorização do Ministério da Saúde, além daqueles que não têm registro.

O debate on-line foi elogiado pelos participantes como uma forma de avançar no diálogo entre os países. Outras ações de iniciativa da Ulapsi que já existem são a Revista Psicolatina e a Biblioteca Virtual – a BVS-Psi Ulapsi –, que contribuem com a circulação do conhecimento.

Participaram da conversa os conselheiros da União Latino-Americana de Entidades da Psicologia (Ulapsi) Diana Silvia Lesme, do Paraguai; Mario Molina, da Argentina; Raul Rocha e Joel Vázquez, do México; Maria Teresa Almarza, do Chile e Roberta Azzi, do Brasil, além de organizações brasileiras que acompanharam o debate em São Paulo. O evento contou com apoio da Universidade de São Paulo e do CFP e teve organização da Ulapsi.

Formação em Psicologia

O tema formação em Psicologia esteve presente nas atividades do III Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão. A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) participou de vários debates no congresso; dentre eles, destacamos duas ações. Uma delas contou com a presença do Professor Joaquim José Soares Neto, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e da Professora Cláudia Griboski, diretora do Departamento de Avaliação do Ensino Superior (Daes) e coordenadores de cursos de Psicologia do país. Entre outros assuntos, foram debatidos o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e inovações no sentido de torná-lo mais próximo dos profissionais que constroem os cursos cotidianamente.

A Psicologia foi convidada a fazer parte de um estudo piloto que envolva desde a construção de itens de avaliação até a forma de aplicação e de trabalho com o material produzido. Já temos tradição nessa forma de ação coletiva, debatida no Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Fenpb) e com a Comissão Assessora do Enade. Todo esse trabalho requererá grande envolvimento de nossos pares, já que o rigor da avaliação deve ser mantido e aprimorado. Isso poderia aumentar o conhecimento e o compromisso de docentes e discentes sobre a formação em Psicologia, qualificando o debate.

Para além do Enade, discutimos com a professora Cláudia Griboski como operacionalizar a análise dos dados produzidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com a contribuição de discentes, docentes, pesquisadores e psicólogos.

A avaliação dos cursos de Psicologia, por meio do exame dos estudantes ou da regulação dos cursos – em sua autorização, seu reconhe-



Psicólogos participam de atividades promovidas pela Abep no III CBP

cimento e seu reconheciment – será objeto de discussão da próxima reunião do FENPB, em março de 2011.

Uma segunda ação voltada para discutir a formação partiu dos Diálogos Latino-Americanos, realizados durante o III Congresso Brasileiro da Psicologia, promovido pela União Latino-Americana de Psicologia (Ulapsi), à qual a Abep é filiada. Uma das preocupações em relação à formação na área da Psicologia é o quanto ela responde às demandas e às necessidades de nossa sociedade, entendida como parte e partícipe da América Latina.

Durante o Congresso, foi anunciada a criação de um novo grupo de trabalho, Formação de Psicólogos e Ensino de Psicologia na América Latina, coordenado pela Professora Cristina Di Domenico, da Argentina. O GT fará uma proposta a ser desenvolvida até julho de 2011, tendo como objetivo analisar currículos e a literatura

obrigatória nos cursos de Psicologia em três países: Argentina, Brasil e Paraguai. Pretende-se avaliar a presença de autores latino-americanos nos quadros epistemológicos do ensino de Psicologia e de História da Psicologia.

Conforme a avaliação de Di Domenico, os estudos existentes sobre ensino universitário da Psicologia incursionaram no que se pode chamar de “primeiro nível de concretude” dos currículos, isto é, nas políticas educativas que definem perfis desejáveis dos graduados, chegando à enumeração de cursos ou disciplinas. Nos segundos e terceiros níveis de concretude curricular, que se ocupam dos conteúdos específicos, da capacitação e das ações concretas dos docentes, se pode questionar se os perfis estão definidos com condições de sucesso reais. Ela avalia que o estudo que será realizado pelo GT da Ulapsi, “ao se centrar em análise documental e em referências bibliográficas das disciplinas, tenta aproximar-se das disciplinas e das aulas, entendendo que os textos recomendados ou exigidos pelos docentes são, em si mesmos, indicadores relevantes para a detecção da formação oferecida”.

Acreditamos que as ações com o Inep e com o GT da Ulapsi, discutindo com todos os que querem participar dos debates da Psicologia, serão importantes para nossa ciência e nossa profissão.

REVISTA PSICOLOGIA, ENSINO E FORMAÇÃO

A versão eletrônica da revista da Abep Psicologia, Ensino e Formação já está no ar, acesse o site http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=2177-2061&lng=pt&nrm=iso. A versão impressa da segunda edição também já está disponível. PEÇA JÁ A SUA!

Análise da mídia

Marco regulatório e controle social dos meios de comunicação: será que agora o debate caminha?

O debate sobre comunicação no Brasil ainda parece ter muito a aprender com a experiência de construção democrática de políticas públicas via conselhos e conferências (ver página 11). Nesse campo, qualquer ensaio de participação da sociedade em espaços de regulação ou, ainda pior, de debate sobre conteúdo, pode acabar pelas críticas que veem, na regulação, uma tentativa de censura.

Para muitas organizações da sociedade civil, no entanto, criação de órgãos que possam iniciar um processo de regulamentação e participação social é justamente o que garante a liberdade de expressão. É o que avalia Roseane Bertolli, secretária de comunicação da CUT: “Quando você não delimita, quando você não regula, o próprio mercado regula. E ele regula a favor de quem é mais forte. Nesse caso, ele vai garantir o direito de liberdade de expressão somente a alguns grupos [que são inseridos no mercado], e não a todos”, avaliou Roseane, durante o Seminário Internacional das Comunicações Eletrônicas e Convergência de Mídias.

O evento foi promovido pelo governo federal, em Brasília, no início de novembro. A realização de seminário com esse tema foi entendida como um avanço no processo de fortalecimento da democracia no país pelo Conselho Federal de Psicologia, pelos Conselhos Regionais e pelas 38 entidades da sociedade civil que divulgaram manifesto durante o evento. O texto defende a criação de Conselhos Estaduais de Comunicação Social – em curso no Ceará, na Bahia, em Alagoas, no Piauí, em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio de Janeiro –, avaliados como oportunidade ímpar para experimentação de formas alternativas de participação da sociedade na gestão de políticas públicas de comunicação. “Entendemos que o comportamento de todos os atores sociais deva ser o de acompanhar atentamente essas experiências, fazendo as críticas cabíveis e aproveitando dali todo resultado

que possa fortalecer a democracia no Brasil”.

Destinado ao ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins, o manifesto aponta a importância de “conjuguar liberdade de imprensa com liberdade de expressão”.

Marco Legal

No seminário, o ministro Franklin Martins disse querer entregar, ainda em 2010, anteprojeto de regulação do setor à presidente eleita, Dilma Rousseff. “Nenhum grupo tem o poder de interditar a discussão. A discussão está na mesa. Terá de ser feita. Pode ser num clima de enfrentamento ou de entendimento”, disse. O jornal O Estado de S. Paulo chamou o tom do ministro de “beligerante”. Dias depois, o ministro defendeu a reestruturação do Ministério das Comunicações, para que ele possa cumprir o papel de formulador das políticas públicas na área de comunicação e telecomunicações.

Também a deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP) defendeu o debate sobre o novo marco regulatório para as comunicações no país. “Se tiver vontade política do Congresso, numa nova legislatura, em parceria com o Poder Executivo e com a sociedade civil organizada, poderemos, no menor tempo possível, rever, reorientar e reestruturar o marco legal das Comunicações no Brasil”, comenta Erundina. (Com informações da Tela Viva News.)

Conheça o manifesto assinado por 14 entidades da Psicologia, por 16 Conselhos Regionais, pelo MST, por sindicatos, pela CUT, CTB, Cáritas, Abong, Ibase e ABGLT, entre outros:

“Somos uma parte significativa da mesma sociedade a quem os meios de comunicação recorrem quando são censurados pelo Estado. Isso aconteceu ao longo da ditadura militar, iniciada em 1964. Isso acontecerá sempre que a liberdade de imprensa seja ameaçada.

De algum modo, nós, como sociedade civil, somos os principais guardiões da liberdade de imprensa. Essa defesa foi sempre assumida por nós, inclusive do ponto de vista da defesa dos Direitos Humanos. Logo, não faria sentido que as nossas iniciativas no intuito de participar de um amplo processo de acompanhamento do comportamento dos meios fossem consideradas como ameaça a quem quer que seja.

(...)

A participação da sociedade no acompanhamento do comportamento dos meios de comunicação não implicará intervenção sobre o fazer dos profissionais da comunicação. Do

mesmo modo que, em outros objetos de políticas públicas, o controle da sociedade sobre os processos não interfere sobre as decisões dos profissionais. Tal é o caso, por exemplo, dos serviços de saúde, onde não cabe ao controle social a decisão sobre diagnósticos ou procedimentos dos profissionais envolvidos”.



Página do Crepop

Referência técnica para atuação em Vara de Família será lançada em janeiro



CREPOP

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

O documento a ser publicado em janeiro de 2011 pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) traz diretrizes para atuação de psicólogos em Vara de Família. O texto busca oferecer subsídios aos psicólogos que trabalham nas Varas e àqueles que não possuem vínculo empregatício no Poder Judiciário, mas emitem pareceres que são anexados a processos, desenvolvendo práticas relativas à Psicologia Jurídica.

A publicação descreve a área em foco, a ação dos psicólogos que ali atuam e as questões encaminhadas a esses profissionais com maior frequência, em cinco capítulos. O segundo deles discute os compromissos éticos e políticos da atuação do psicólogo nesse campo de intersecção entre Direito e Psicologia. O terceiro capítulo especifica a atuação do psicólogo na área, dividindo as informações em marcos legais e em indicações éticas. O quarto capítulo aborda a gestão do trabalho no sistema de Justiça.

Segundo Leila Torraca de Brito, professora adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade

do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e integrante da equipe de redação do texto, o documento não se propõe a ser um guia, com descrição passo a passo, da atuação dos psicólogos. “O material não se propõe a ser uma apostila, com conteúdos resumidos de referencial bibliográfico nem busca substituir a necessidade de constantes estudos e aprimoramento profissional. Vislumbra-se, porém, a possibilidade de este trabalho ajudar tanto os profissionais como os Conselhos Regionais, na orientação de alguns pontos vistos como de importância fundamental para a condução do trabalho dos psicólogos que atuam nas Varas de Família”, afirma Leila.

A sobreposição de papéis entre os psicólogos que elaboram pareceres e atuam como terapeutas, no atendimento às famílias, foi um dos problemas frequentes identificados na área. Muitas

vezes essa indefinição gerou questionamentos que chegaram às comissões de ética dos regionais. Atento aos problemas criados por tal sobreposição, o Conselho Federal de Psicologia editou em junho de 2010 a Resolução nº 08/2010, que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário e estabelece os limites da atuação dos psicólogos em ambas as funções. O documento produzido pelo Crepop, por sua vez, trata da área de forma mais ampla, uma vez que considera as questões e experiências trazidas pelos psicólogos que aí atuam e que se manifestaram por meio dos instrumentos de investigação do Centro de Referência.

2010

Ao longo de 2010, o Crepop realizou quatro ciclos de pesquisas. Cada um deles conta com questionário on-line e reuniões locais. Os questionários são elaborados pela Coordenação Nacional do Crepop, baseados nos marcos legais de cada política estudada. O levantamento dos marcos legais contribui para a compreensão de como estão organizadas as políticas públicas em cada área estudada.

Ainda em 2010, o Crepop lançou também um documento de referência para atuação de psicólogos em medidas socioeducativas em unidades de internação; além dele e dos relatórios quantitativos das pesquisas realizadas no ano, foram disponibilizados oito relatórios qualitativos de pesquisas anteriores sobre as práticas profissionais. Os textos constituem mais um passo no sentido de ampliar o conhecimento sobre a experiência

dos psicólogos, contribuindo para a qualificação e organização da atuação profissional.

A participação dos psicólogos nos ciclos de pesquisa teve crescimento de 178% neste ano. Entre alguns dos fatores que colaboraram para esse aumento estão a realização de pesquisa sobre atuação nos Centro de Referência de Assistência Social (Cras), área que reúne número crescente de psicólogos. Na avaliação da coordenação do Crepop, soma-se a isso o reconhecimento do Crepop pela categoria e uma maior mobilização nos estados da Federação para participação nas pesquisas. Desde que foi criado, o Crepop realizou 18 pesquisas e lançou cinco documentos de referência baseados em dados quantitativos e qualitativos das pesquisas.

O resultado das pesquisas e os documentos de referência estão disponíveis em <http://www.crepop.pol.org.br>, recentemente reformulado.

Ato Médico: Vitória da Psicologia! Vitória da Saúde!

O final de 2010 foi agitado para o coletivo que vem lutando contra a aprovação do texto do PL que regulamenta a profissão da Medicina, conhecido como Ato Médico. No início de dezembro, foi confirmada a informação de que havia a tentativa de colocar o PL para votação no plenário do Senado, em regime de urgência. Entretanto, o movimento dos psicólogos brasileiros, unidos a milhares de profissionais de saúde de todo o país, impediu a votação do PL do Ato Médico nesta legislatura do Senado Federal.

Foram enviadas aos senadores cerca de 300 mil mensagens de e-mail. A presença de representantes dos Conselhos Regionais no Senado, que conversaram diretamente com dezenas de parlamentares e suas equipes, foi determinante para sensibilizar os senadores. Eles conseguiram demonstrar o equívoco que seria a aprovação apressada de um PL que interfere na saúde de todos os brasileiros.

Também o Conselho Federal manteve-se atento, monitorando as movimentações no Senado e trabalhando na articulação com outras instituições da área de saúde.

Aloísio Mercadante, líder do PT no Senado, foi figura fundamental no processo, pois acolheu a reivindicação das profissões da saúde sobre a necessidade de amadurecimento do debate acerca do PL antes da votação.

O PL do Ato Médico já tramitou no Senado, teve seu texto modificado na Câmara e voltou para primeira casa. Nela, pode agora percorrer dois caminhos: será analisado por três comissões, ou será discutido diretamente em Plenário, se for aprovada a urgência.

Percursos

Representantes do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde (Fentas) e de conselhos profissionais da área de saúde foram recebidos em 23 de novembro pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), que afirmou ter compreendido não haver consenso para aprovação do PL, ao contrário da informação que teria recebido de setores da Medicina.

Médicos intensificaram o lobby no Senado e ganharam força as notícias de que haveria assi-

naturas de parlamentares em número suficiente para aprovar a urgência de votação do PL. Novamente, os setores da saúde se articularam e conseguiram audiência com o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). O senador ouviu os questionamentos, sobretudo em relação a dois temas: o Artigo 4º, que, na redação atual, restringe aos médicos a possibilidade de apontar as doenças (diagnóstico nosológico) e prescrever tratamentos, e sobre os artigos que restringem aos médicos a chefia das equipes de saúde. Jucá solicitou ao grupo um documento explicando os pontos em desacordo que permanecem na redação do PL para “ter ideia do tamanho do conflito”, conforme afirmou na reunião, da qual participaram cerca de 30 pessoas, incluindo representantes de 14 Conselhos Regionais e do Federal.

O texto com comentários sobre o PL foi entregue na quinta-feira, 16 de dezembro, e pode ser acessado em www.naoaoatomedico.org.br.

A mobilização continua, via e-mails (envie em www.naoaoatomedico.org.br) ou pelo twitter (use a hashtag #naoaoatomedico).

ANS antecipa revisão da cobertura obrigatória dos planos de saúde

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) antecipou o processo de revisão da Resolução Normativa nº 211 (de 11 de janeiro de 2010), que atualiza o rol de procedimentos e eventos em saúde – lista de consultas, atendimentos, exames e tratamentos com cobertura obrigatória nos planos de saúde.

A revisão estava prevista para ser realizada em 2011, mas foi antecipada para o segundo semestre de 2010. De acordo com a ANS, o objetivo de

adiantar o processo de revisão é para que a nova cobertura possa ser divulgada antes e entrar em vigor no início de 2012. Em 2010, a cobertura revista foi publicada em janeiro e passou a valer em junho.

O Conselho Federal de Psicologia participa do processo de revisão, desde a RN nº 167/2008, como membro do grupo de trabalho do rol de procedimentos. O grupo é propositivo – e não deliberativo –, e dele participam diversos segmentos da sociedade.

Processos éticos

Processos éticos julgados pela plenária do Conselho Federal de Psicologia no período de 01/10/2010 a 26/11/2010.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 480/10– ORIGEM: CRP-09

CENSURA PÚBLICA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Suspensão do Exercício Profissional por trinta dias. Decisão parcialmente reformada.

DECISÃO CRP: Suspensão do Exercício Profissional por trinta dias.

DECISÃO CFP: Censura Pública

DATA DO JULGAMENTO: 01/10/2010

PRESIDENTE DA SESSÃO: ANDRÉ ISNARD LEONARDI

RELATOR: MARCOS RATINECAS

REVISORA: ANA MARIA PEREIRA LOPES

PROCESSO ADMINISTRATIVO

CFP N.º 702/10– ORIGEM: CRP-16

ANULAÇÃO DO JULGAMENTO

EMENTA – Processo Administrativo. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Suspensão temporária do registro por trinta e seis meses e a Multa de cinco anuidades. Decisão reformada.

DECISÃO CRP: Suspensão temporária do registro por trinta e seis meses e a Multa de cinco anuidades

DECISÃO CFP: Anulação do Julgamento

DATA DO JULGAMENTO: 01/10/2010

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: ALEXANDRA AYACH ANACHE

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 727/10– ORIGEM: CRP-08

ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Censura Pública. Decisão parcialmente reformada.

DECISÃO CRP: Censura Pública

DECISÃO CFP: Advertência

DATA DO JULGAMENTO: 01/10/2010

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: CYNTHIA R. CORRÊA ARAÚJO CIARALLO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 1256/10– ORIGEM: CRP-06

ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Advertência. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Advertência

DECISÃO CFP: Advertência

DATA DO JULGAMENTO: 01/10/2010

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATOR: HENRIQUE RODRIGUES

PROCEDIMENTO ÉTICO DISCIPLINAR

CFP N.º 1485/10– ORIGEM: CRP-14

INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ÉTICO

EMENTA – Procedimento Ético Disciplinar. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o Arquivamento da representação. Decisão reformada.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Instauração de Processo Ético

DATA DO JULGAMENTO: 01/10/2010

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATOR: ANDRÉ ISNARD LEONARDI

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 1641/10– ORIGEM: CRP-06

ARQUIVAMENTO

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Advertência. Decisão reformada.

DECISÃO CRP: Advertência

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 01/10/2010

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: DEISE MARIA DO NASCIMENTO

REVISORA: ACÁCIA APARECIDA ANGELI DOS SANTOS

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 1667/10– ORIGEM: CRP-11

ARQUIVAMENTO

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Advertência. Decisão reformada.

DECISÃO CRP: Advertência

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 01/10/2010

PRESIDENTE DA SESSÃO: ANDRÉ ISNARD LEONARDI

RELATORA: ELISA ZANERATTO ROSA

PROCESSO DISCIPLINAR ORDINÁRIO

CFP N.º 1717/10– ORIGEM: CRP-08

MULTA FIXADA EM CINCO ANUIDADES

EMENTA – Processo Disciplinar Ordinário. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Multa fixada em cinco anuidades. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Multa fixada em cinco anuidades

DECISÃO CFP: Multa fixada em cinco anuidades

DATA DO JULGAMENTO: 01/10/2010

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: ANICE HOLANDA NUNES MAIA

PROCEDIMENTO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 1855/10– ORIGEM: CRP-03

ARQUIVAMENTO

EMENTA – Procedimento Ético-Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 26/11/10

PRESIDENTE DA SESSÃO: ANDRÉ ISNARD LEONARDI

RELATORA: ANICE HOLANDA NUNES MAIA

REVISORA: ELISA ZANERATTO ROSA

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 1873/10– ORIGEM: CRP-12

ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético-Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Censura Pública. Decisão parcialmente reformada.

DECISÃO CRP: Censura Pública

DECISÃO CFP: Advertência

DATA DO JULGAMENTO: 05/11/2010

PRESIDENTE DA SESSÃO: ANA MARIA PEREIRA LOPES

RELATORA: ACÁCIA APARECIDA ANGELI DOS SANTOS

PROCEDIMENTO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 1899/10– ORIGEM: CRP-06

ARQUIVAMENTO

EMENTA – Procedimento Ético-Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Arquivamento

Processos éticos

DATA DO JULGAMENTO: 26/11/10
 PRESIDENTE DA SESSÃO: ANDRÉ ISNARD LEONARDI
 RELATORA: MARCOS RATINECAS
 REVISORA: CYNTHIA REJANE CORRÊA ARAÚJO CIARALLO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

CFP N.º 2020/10– ORIGEM: CRP-08
 INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO PROFISSIONAL
 EMENTA – Processo Administrativo. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o indeferiu o pedido de cancelamento de inscrição profissional. Decisão mantida.
 DECISÃO CRP: Indeferimento do pedido de cancelamento
 DECISÃO CFP: Indeferimento do pedido de cancelamento
 DATA DO JULGAMENTO: 05/ 11/2010
 PRESIDENTE DA SESSÃO: ANA MARIA PEREIRA LOPES
 RELATORA: ANICE HOLANDA NUNES MAIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO

CFP N.º 2023/10– ORIGEM: CRP-08
 INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO PROFISSIONAL
 EMENTA – Processo Administrativo. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o indeferimento do pedido de cancelamento de inscrição profissional. Decisão mantida.
 DECISÃO CRP: Indeferimento do Pedido de Cancelamento
 DECISÃO CFP: Indeferimento do Pedido de Cancelamento
 DATA DO JULGAMENTO: 26/11/10
 PRESIDENTE DA SESSÃO: ANDRÉ ISNARD LEONARDI
 RELATORA: MARIA DA GRAÇA MARCHINA GONÇALVES

PROCEDIMENTO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2034/10– ORIGEM: CRP-06
 INSTAURAÇÃO DE PROCESSO-ÉTICO
 EMENTA – Procedimento Ético-Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento. Decisão reformada.
 DECISÃO CRP: Arquivamento
 DECISÃO CFP: Instauração de Processo-Ético
 DATA DO JULGAMENTO: 26/11/10

PRESIDENTE DA SESSÃO: ANDRÉ ISNARD LEONARDI
 RELATORA: CYNTHIA REJANE CORRÊA ARAÚJO CIARALLO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2069/10– ORIGEM: CRP-01
 ADVERTÊNCIA
 EMENTA – Processo Ético-Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de advertência. Decisão mantida.
 DECISÃO CRP: Advertência
 DECISÃO CFP: Advertência
 DATA DO JULGAMENTO: 05/11/2010
 PRESIDENTE DA SESSÃO: ANA MARIA PEREIRA LOPES
 RELATOR: HENRIQUE JOSÉ LEAL FERREIRA RODRIGUES

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2088/10– ORIGEM: CRP-08
 CENSURA PÚBLICA
 EMENTA – Processo Ético-Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de censura pública. Decisão mantida.
 DECISÃO CRP: Censura Pública
 DECISÃO CFP: Censura Pública
 DATA DO JULGAMENTO: 05/11/2010
 PRESIDENTE DA SESSÃO: CLARA GOLDMAN RIBEMBOIM
 RELATORA: ANA MARIA PEREIRA LOPES

PROCEDIMENTO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2259/10– ORIGEM: CRP-06
 ARQUIVAMENTO
 EMENTA – Procedimento Ético-Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento da representação. Decisão mantida.
 DECISÃO CRP: Arquivamento
 DECISÃO CFP: Arquivamento
 DATA DO JULGAMENTO: 05/11/2010
 PRESIDENTE DA SESSÃO: ANA MARIA PEREIRA LOPES
 RELATORA: DEISE MARIA DO NASCIMENTO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2260/10– ORIGEM: CRP-06
 ADVERTÊNCIA
 EMENTA – Processo Ético-Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de

advertência. Decisão mantida.
 DECISÃO CRP: Advertência
 DECISÃO CFP: Advertência
 DATA DO JULGAMENTO: 05/11/2010
 PRESIDENTE DA SESSÃO: ANA MARIA PEREIRA LOPES
 RELATORA: ANICE HOLANDA NUNES MAIA

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2590/10– ORIGEM: CRP-03
 ADVERTÊNCIA
 EMENTA – Processo Ético-Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de advertência e multa no valor de duas anuidades. Decisão parcialmente reformada.
 DECISÃO CRP: Advertência e Multa no valor de duas anuidades
 DECISÃO CFP: Advertência
 DATA DO JULGAMENTO: 26/11/10
 PRESIDENTE DA SESSÃO: CLARA GOLDMAN RIBEMBOIM
 RELATOR: ANDRÉ ISNARD LEONARDI

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2826/10– ORIGEM: CRP-06
 INSTAURAÇÃO DE PROCESSO-ÉTICO
 EMENTA – Processo Ético-Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento. Decisão reformada.
 DECISÃO CRP: Arquivamento
 DECISÃO CFP: Instauração de Processo-Ético
 DATA DO JULGAMENTO: 05/11/2010
 PRESIDENTE DA SESSÃO: ANA MARIA PEREIRA LOPES
 RELATOR: MARCOS RATINECAS
 REVISORA: ANICE HOLANDA NUNES MAIA

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2882/10– ORIGEM: CRP-01
 INSTAURAÇÃO DE PROCESSO-ÉTICO
 EMENTA – Processo Ético-Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento. Decisão reformada.
 DECISÃO CRP: Arquivamento
 DECISÃO CFP: Instauração de Processo-Ético
 DATA DO JULGAMENTO: 05/11/2010
 PRESIDENTE DA SESSÃO: CLARA GOLDMAN RIBEMBOIM
 RELATORA: ANA MARIA PEREIRA LOPES

Conforme o artigo 79 da Resolução CFP nº006/07, a execução da pena compete ao Conselho Regional de Psicologia.

Agenda

Seminário Psicopatologia Psicanalítica, Curso Teoria Kleiniana e Formação em Psicanálise

Data: a partir de 11/01/2011

Cidade: São Paulo - SP

Telefone: (11) 5082-4044 e (11) 5083-1456

Link: www.nucleodepesquisas.com.br

Cursos de Especialização em Reabilitação Neuropsicológica; em Psicologia do Envelhecimento e Formação Continuada em Psicologia Hospitalar

Data: a partir de 01/02/2011 a 01/12/2012

Cidade: São Paulo - SP

Telefone: (11) 3069.6188 e (11) 3064.3186

Link: www.cepsic.org.br

Curso de Especialização em Psicologia Médica

Data: 15/02/2011 a 15/02/2013

Cidade: Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 2587-6469

Link: www.cepuerj.uerj.br

IV Congresso Internacional de Stress "Pesquisa e Prática"

Data: 31.03.2011 a 02.04.2011

Cidade: Campinas - SP

Telefone: (19) 3234-0288

Link: <http://congressostress.zip.net/>

IV Jornada Interestadual de Psicoterapias Corporais

Data: 02.04.2011

Cidade: Balneário Camboriú - SC

Telefone: (41) 3263-4895

Link: www.centroreichiano.com.br

II Congresso Iberoamericano de Psicologia das Organizações e do Trabalho (II CIAPOT)

Data: 14.04.2011 a 16.04.2011

Cidade: Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3322-1021

Link: www.ciapot2011.com.br

VIII Congresso Brasileiro de Psicanálise das Configurações Vinculares

Data: 26.05.2011 a 29.05.2011

Cidade: Serra Negra - SP

Telefone: (11) 3825-5305

Link: www.nesme.com.br

XI Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais

Data: 23.06.2011 a 25.06.2011

Cidade: Curitiba - PR

Telefone: (41) 3263-4895

Link: www.centroreichiano.com.br

Edição especial de 30 anos da Revista Psicologia Ciência e Profissão enviada às casas dos psicólogos

A revista Psicologia Ciência e Profissão completa 30 anos em 2010, e a data será comemorada com a publicação de edição especial, na qual se avaliam as três décadas da publicação e os debates por ela promovidos ao longo do tempo. A edição traz artigos que abordam as mudanças ocorridas na ciência e na profissão desde a primeira publicação, em 1979. Ela também reúne, em entrevista, ex-editores, que relembra-ram a história da publicação, uma das mais antigas do país.

A edição especial será enviada à casa de todos os psicólogos. As quatro edições anuais da revista estão disponíveis no portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia, o PePsic (<http://pepsic.bvsalud.org>). Em 2010, a revista comemora também ter sido aceita no portal SciELO (<http://www.scielo.org>), onde estará disponível em breve.

Psicólogo/a:
para receber
os boletins do CFP,
cadastre seu email em
www.pol.org.br

IMPRESSO

Conselho Federal de Psicologia

Fone: (61) 2109-0100

Fax: (61) 2109-0150

SAF/Sul Quadra 02, Lote 02, Bloco B, Ed. Via Office, Sala 104

CEP 70.719-900 – Brasília – DF

e-mail: contato@pol.org.br

home page: www.pol.org.br



Impresso Especial

9912255217/2010-DR/BSB
CFP

...CORREIOS...